



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 19, DE 2021

(nº 782/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

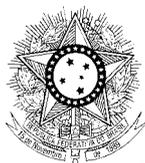
AUTORIA: Tribunal Superior do Trabalho

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GP Nº 782

Brasília, 28 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

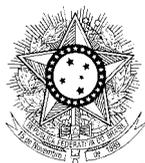
Assunto: Indicação da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e do Excelentíssimo Senhor Roberto da Silva Fragale Filho, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti – RJ, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça.

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão ordinária, decidiu indicar o nome da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e do Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República, respectivamente, consoante consta da anexa Resolução Administrativa nº 2.263, de 25 de outubro de 2021.

Submeto, assim, as indicações em referência à apreciação dessa Casa, a teor do que preceitua o art. 103-B, § 2º, do Texto Constitucional.

Para tanto, encaminho a Vossa Excelência a documentação anexa correlata à Desembargadora e ao Juiz do Trabalho indicados, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

No ensejo, ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, externo protestos da mais elevada consideração.

Respeitosamente,

MARIA CRISTINA

IRIGOYEN

PEDUZZI:14441829

191

Assinado de forma digital por MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2, ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.28 12:12:37 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

De: ASPAR - ASSESSORIA PARLAMENTAR . <aspar@tst.jus.br>
Enviado em: quinta-feira, 28 de outubro de 2021 14:15
Para: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal
Assunto: Indicação de Juiz do Trabalho para compor o CNJ
Anexos: 1. Identidade Funcional TRT1 Assinado.pdf; 3. Título de Eleitor Assinado.pdf; 2. CPF Assinado.pdf; 3.1. Certidão de Quitação Eleitoral.pdf; 7.1. Certidão - Declaração 3 (Estadual).pdf; 5. OFÍCIO 01.2021 - Declaração 1 (Inexistência de Parentes no Poder Judiciário).pdf; 6. OFÍCIO 02.2021 - Declaração 2 (Negativa de Sociedade e Gerência).pdf; 7. OFÍCIO 03.2021 - Declaração 3 (Regularidade Fiscal).pdf; 4. Currículo Assinado.pdf; 7.2. CERTIDÃO de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Declaração 3 (Federal).pdf; 7.2.1. Declaração 3 (Receita).pdf; 8. OFÍCIO 04.2021 - Declaração 4 (Ações Judiciais).pdf; 9. OFÍCIO 05.2021 - Declaração 5 (Tempo de atuação na Magistratura).pdf; 8.1. Lista de Processos.pdf; 10. OFÍCIO 06.2021 - Declaração 6 (Ausência de Atuação Estatais e Agências).pdf; 11. OFÍCIO 07.2021 - Declaração 7 (Poder Legislativo).pdf; 12. OFÍCIO 08.2021 - Declaração 8 (Argumentação Escrita).pdf; 12.1. Argumentação Sucinta Assinada.pdf

Ilustríssimo Senhor Secretário-Geral da Mesa, Gustavo Sabóia

De ordem da Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, encaminhando ofício anexo, com a respectiva documentação, referente à indicação do Senhor Roberto da Silva Fragale Filho, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti – RJ, para compor o CNJ, nos termos do artigo 103-B, inciso IX, da Constituição Federal.

Informo que a certidão de regularidade fiscal (municipal) está sendo providenciada e encaminharemos com a maior brevidade possível.

Caso haja alguma outra pendência além da certidão supracitada, peço que entrem em contato que tomaremos as providências necessárias.

Att.





Roberto da Silva Fragale Filho

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5181655086414402>

Última atualização do currículo em 19/06/2021

Resumo informado pelo autor

Roberto Fragale Filho é doutor em Ciência Política pela Université de Montpellier I (1997) e Professor Titular em Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD). É Juiz do Trabalho Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti (RJ). Entre março de 2015 e fevereiro de 2021, atuou como Juiz Auxiliar da Escola Judicial do TRT-RJ. Foi Professor Visitante na University of Illinois at Urbana-Champaign (2006), na Université Paul Valéry (2009 e 2010), na Université de Nantes (2016) e na Université Paris Ouest Nanterre La Défense (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), além de Bolsista de Investigação no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Prêmio "Um mês no CES", 2011) e Fellow no Institut d'Études Avancées de Nantes, França (2012-2013).

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Roberto da Silva Fragale Filho

Dados pessoais

Nascimento 12/04/1967 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

CPF 921.336.147-53

Formação acadêmica/titulação

- 1993 - 1997** Doutorado em Ciência Política.
Université de Montpellier I, U.M. I, França
Título: Le Changement de la Culture Politique Française: le cas du Parti Socialiste, Ano de obtenção: 1997
Orientador: Michel Miaille
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 1992 - 1993** Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio De Janeiro, Brasil
Título: A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela, Ano de obtenção: 1993
Orientador: José Ribas Vieira
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 2005 - 2006** Especialização em Administração Judiciária.
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Da formação para à formação continuada do magistrado: reconstruindo a trajetória da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro
Orientador: Monografia realizada sem orientação
- 1985 - 1990** Graduação em Direito.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio De Janeiro, Brasil

Pós-doutorado

- 2014 - 2015** Pós-Doutorado .
Universidad Nacional de Córdoba - Argentina, UNC, Córdoba, Argentina
- 2012 - 2013** Pós-Doutorado .
Institut d'Études Avancées de Nantes, IEA, França
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Formação complementar

- 2019 - 2019** Extensão universitária em Registros da Memória: Materialização da Dimensão Social de Histórias de Vid. (Carga horária: 48h).
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio De Janeiro, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Judicial Conduct and Ethics. (Carga horária: 4h).
United Nations Office on Drugs and Crime, UNODC, Estados Unidos
- 2017 - 2017** Curso de curta duração em Formando Conciliadores. (Carga horária: 30h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil
- 2015 - 2015** Curso de curta duração em Formação de Formadores Gestores de Escola Judicial. (Carga horária: 21h).
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
- 2014 - 2014** Curso de curta duração em Mediating the Litigated Case. (Carga horária: 40h).
Pepperdine University, P.U., Malibu, Estados Unidos
- 2012 - 2012** Curso de curta duração em PJe-JT Módulo Prático - Utilização da Ferramenta. (Carga horária: 20h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil
- 2012 - 2012** Curso de curta duração em Elementos do Processo Judicial em Meio Eletrônico. (Carga horária: 20h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil
- 2011 - 2011** Curso de curta duração em Teoria Geral do Processo Eletrônico. (Carga horária: 12h).
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
- 2010 - 2010** Curso de curta duração em Técnicas de Entrevista e Interrogatório. (Carga horária: 8h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil

- 2010 - 2010** Curso de curta duração em Conducting Empirical Legal Scholarship Workshop. (Carga horária: 20h). Northwestern University, NORTHWESTERN, Evanston, Estados Unidos
- 2010 - 2010** Curso de curta duração em Administração de Vara do Trabalho. (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
- 2006 - 2006** Curso de curta duração em Formation de Formateurs. (Carga horária: 40h). Ecole Nationale de La Magistrature, ENM, Paris, França

Atuação profissional

1. Universidade Federal Fluminense - UFF

Vínculo institucional

- 2016 - Atual** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor Titular, Carga horária: 20, Regime: Parcial
- 2008 - 2016** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor Associado, Carga horária: 20, Regime: Parcial
- 1998 - 2008** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 20, Regime: Parcial
- 1997 - 1998** Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento funcional: Professor Visitante, Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

- 08/2014 - 12/2014** Pós-graduação, Direito Constitucional
Disciplinas ministradas:
Administração de Conflitos e Poder Judiciário
- 03/2012 - Atual** Pesquisa e Desenvolvimento, Pró Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, Programa de Pós Graduação de Sociologia e Direito
Linhas de pesquisa:
Acesso à Justiça, Relações de Trabalho, Direitos Sociais e Instituições
- 04/2005 - 03/2007** Direção e Administração, Comissão Própria de Avaliação
Cargos ocupados:
Presidente da CPA
- 08/2000 - Atual** Pós-graduação, Sociologia e Direito
Disciplinas ministradas:
Aspectos Sócio-Jurídicos do Trabalho, Epistemologia e Pesquisa dos Fenômenos Sócio-Jurídicos I, Metodologia Científica, Poder Judiciário, Sociologia das Profissões, Tópicos Especiais em Cidadania (Estado e Educação), Tópicos Especiais em Trabalho (Domesticidade e Informalidade)
- 10/1999 - 12/2007** Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Biblioteca da Faculdade de Direito
Especificação:
Membro Suplente da Comissão de Biblioteca
- 06/1998 - 06/2002** Direção e Administração, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Plúrima Revista da Faculdade de Direito da Uff
Cargos ocupados:
Coordenador do Conselho Executivo da Revista Plúrima
- 11/1997 - Atual** Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Direito Publico
Linhas de pesquisa:
Práticas e Instituições Jurídicas
- 08/1997 - Atual** Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
Direito e Cinema. Direito Eleitoral, História do Pensamento Jurídico I e II. Metodologia da Pesquisa, Introdução ao Estudo do Direito I e II, Sociologia e Direito I e II. Teoria Social e Política do Direito Brasileiro, Sociologia Jurídica. Sociologia das Instituições Políticas e Judiciárias, Tópicos Especiais de Deontologia Jurídica.

2. Institut d'Etudes Avancées de Nantes - IEA

Vínculo institucional

- 2012 - 2013** Vínculo: Estágio Pós-Doutoral, Enquadramento funcional: Pesquisador, Regime: Parcial
Outras informações:
Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no âmbito do programa Estágio Sênior.

Atividades

- 09/2012 - 06/2013** Pesquisa e Desenvolvimento, Résidence Temporaire
Linhas de pesquisa:
Formação de Magistrados

3. University of Illinois at Urbana-Champaign - UIUC

Vínculo institucional

- 2006 - 2006** Vínculo: Professor visitante, Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

Atividades



10/2006 - 10/2006 Pós-graduação, Law (JD)

Disciplinas ministradas:
Brazilian Labor Law

4. Fundação Getúlio Vargas - FGV

**Vínculo
institucional**

2008 - 2012 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor Pesquisador , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

03/2009 - 12/2010 Pós-graduação, Poder Judiciário

Disciplinas ministradas:
Gestão Judiciária , Sociologia do Poder Judiciário

5. Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região - TRT-RJ

**Vínculo
institucional**

2004 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Juiz do Trabalho Titular (1ª VT/SJM), Regime: Parcial

1999 - 2004 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Juiz do Trabalho Titular (33ª VT/RJ), Regime: Parcial

1993 - 1999 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Juiz do Trabalho Substituto, Regime: Parcial

Atividades

02/2017 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Especificação:
Membro do Conselho Consultivo Unificado do TRT/RJ

03/2009 - 07/2012 Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Especificação:
Membro do Conselho Cultural Pedagógico

10/1993 - Atual Serviço Técnico Especializado

Especificação:
Magistratura

6. Ministério da Educação - MEC

**Vínculo
institucional**

1998 - 2008 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Sem enquadramento funcional , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

11/2007 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro da Comissão de Homologação dos Planos apresentados pelas Universidades Federais que aderiram ao Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), nomeado pela Portaria nº 944, de 20.11.2007

10/2007 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro da Comissão de Especialistas designada para analisar as manifestações das instituições cujos cursos de Direito estão submetidos a procedimentos de supervisão (Portaria nº 904, de 26.10.2007)

06/2007 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro do Grupo Assessor do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nomeado pela Portaria MEC nº 552, de 25.06.2007

02/2007 - 12/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro da Comissão de análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (Portaria nº 80, de 26.01.2007)

10/2006 - 01/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro do Grupo de Trabalho instituído para subsidiar as decisões administrativas nos processos de autorização de cursos de graduação em direito

10/2004 - 04/2005 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro e Relator do Grupo de Trabalho, de mútuo interesse do Ministério da Educação e da Ordem dos Advogados do Brasil, instituído com a finalidade de realizar estudos para consolidar os parâmetros já estabelecidos, de análise dos pedidos de autoriza

07/2002 - 12/2005 Outra atividade técnico-científica, Secretaria de Educação Superior

Especificação:
Avaliador Ad-hoc

06/2000 - 06/2002 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior, Comissão de Especialistas de Ensino de Direito

Especificação:
Membro da CEED

06/1998 - 05/2000 Outra atividade técnico-científica, Secretaria de Educação Superior, Comissão de Especialistas de Ensino de Direito

Especificação:
Avaliador Ad-hoc

7. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Vínculo institucional

2002 - 2008 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Sem enquadramento funcional , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

07/2006 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Diretoria de Estatística e Avaliação de Educação Superior

Especificação:
Membro da Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

07/2004 - 01/2005 Conselhos, Comissões e Consultoria, Diretoria de Estatística e Avaliação de Educação Superior

Especificação:
Membro da Comissão Assessora de Avaliação Institucional

10/2002 - 10/2003 Conselhos, Comissões e Consultoria, Diretoria de Estatística e Avaliação de Educação Superior

Especificação:
Membro da Comissão de Avaliação Institucional

04/2002 - 12/2003 Outra atividade técnico-científica, Departamento de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior

Especificação:
Avaliador ad hoc

8. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Vínculo institucional

1999 - 1999 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Sem enquadramento funcional , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

06/1999 - 12/1999 Outra atividade técnico-científica, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Ensino Jurídico

Especificação:
Avaliador Ad-hoc

9. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Vínculo institucional

1993 - 1993 Vínculo: Outro , Enquadramento funcional: Advogado , Carga horária: 40, Regime: Integral

1989 - 1990 Vínculo: Outro , Enquadramento funcional: Monitor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

01/1993 - 08/1993 Outra atividade técnico-científica, Consultoria Jurídica

Especificação:
Advocacia

03/1989 - 12/1990 Outra atividade técnico-científica, Centro de Ciências Sociais, Departamento de Disciplinas Básicas

Especificação:
Monitoria

10. Université de Nantes - UNIV-NANTES

Vínculo institucional

2016 - 2016 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor Visitante , Carga horária: 10, Regime: Parcial

Atividades

03/2016 - 03/2016 Pós-graduação, Master Droit Social

Disciplinas ministradas:
Droit du Travail Brésilien

11. Université Paris-Ouest Nanterre la Défense - PARIS OUEST

Vínculo institucional

2018 - 2019 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

2017 - 2018 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

2016 - 2017 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

Atividades

12/2018 - 05/2019 Pós-graduação, Master Droit Social

*Disciplinas ministradas:
Séminaire de Droit Social Comparé*

12/2017 - 05/2018 Pós-graduação, Master Droit Social

*Disciplinas ministradas:
Séminaire de Droit Social Comparé*

12/2016 - 03/2017 Pós-graduação, Master Droit Social

*Disciplinas ministradas:
Séminaire de Droit Social Comparé*

12. Université Paul Valéry Montpellier III - UM3

Vínculo institucional

2010 - 2010 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

2009 - 2009 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

Atividades

04/2010 - 04/2010 Pesquisa e Desenvolvimento, Acteurs, Ressources et Territoires dans le Développement (UMR CNRS 5281)

*Linhas de pesquisa:
Direito e Redes Sociais*

01/2009 - 01/2009 Pesquisa e Desenvolvimento, Acteurs, Ressources et Territoires dans le Développement (UMR CNRS 5281)

*Linhas de pesquisa:
Circulação Internacional de Ideias*

13. Universidade de Coimbra - UC

Vínculo institucional

2012 - 2012 Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Bolsista, Regime: Parcial

Atividades

05/2012 - 05/2012 Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Estudos Sociais da UC

*Linhas de pesquisa:
Formação de Magistrados*

14. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT

Vínculo institucional

2016 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Colaborador, Regime: Parcial

Atividades

02/2019 - 05/2019 Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral

*Especificação:
Membro da Comissão de Juizes Tutores e de Avaliação do 24º Curso Nacional de Formação Inicial (Ato ENAMAT n. 2, de 13.02.2019)*

09/2018 - 04/2020 Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral

*Especificação:
Membro do Comité Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT (Ato ENAMAT n. 6, de 10.09.2018, Ato ENAMAT n. 4, de 21.03.2019 e Ato ENAMAT n. 14, de 24.10.2019)*

06/2018 - 02/2019 Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral

*Especificação:
Membro Coordenador da Comissão de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Profissional dos Magistrados do Trabalho (Ato ENAMAT n. 4, de 04.06.2018)*

03/2016 - 05/2016 Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral

*Especificação:
Membro Coordenador da Comissão Transitória para Regulamentação de Pesquisas (Ato ENAMAT n. 3, de 30.03.2016)*

15. Universidad Nacional de Córdoba - Argentina - UNC

Vínculo institucional

2014 - 2015 Vínculo: Estágio Pós-Doutoral , Enquadramento funcional: Pesquisador, Regime: Parcial

Atividades

03/2014 - 12/2015 Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Estudos Avanzados

*Linhas de pesquisa:
Memória e Poder Judiciário*

Linhas de pesquisa

1. Acesso à Justiça, Relações de Trabalho, Direitos Sociais e Instituições

Objetivos: Partindo-se da premissa de que a busca de um fim justo pressupõe a construção de um meio justo, examina-se a qualidade da prestação jurisdicional brasileira sob o enfoque do modelo constitucional de processo nas esferas administrativa e judicial, privilegiando-se o debate das contradições entre direitos individuais e direitos coletivos, o conflito de poderes envolvendo a efetivação de direitos fundamentais no campo das reformas processuais civis. Paralelamente ao aperfeiçoamento das práticas processuais no âmbito das instituições públicas (Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública etc.), propõe-se a construção de uma cidadania processual independente do Poder Público através de meios alternativos de resolução de conflitos. Somado a isto, consideram-se que as articulações entre instituições, direitos sociais e relações de trabalho estão presentes em teorias e estratégias sociopolíticas diferenciadas que disputam construções múltiplas (políticas, jurídicas, sociais etc.) buscando uma organicidade (sentido) para essas ações (falas e atos). As configurações assumidas pelas instituições, direitos sociais e relações de trabalho bem como suas articulações são objeto de estudo da presente linha de pesquisa voltada para questões teóricas e empíricas desse universo de maneira a analisar as opções conceituais e materiais que se apresentam no mundo contemporâneo.

2. Práticas e Instituições Jurídicas

Objetivos: Deseja-se aqui entender o direito a partir das práticas sociais e de sua configuração institucional, baseado na metodologia e teoria da história e ciências sociais. Com isso, pretende-se compreender, por um lado, a relação e a importância cultural de acontecimentos singulares em suas manifestações contemporâneas e, por outro, a causa de serem historicamente dessa forma e não de outra. Como programa de estudos, tem-se como horizonte uma reconstrução emancipadora das teorias sociais, combinando pesquisa empírica e pesquisa de fontes documentais.

3. Formação de Magistrados

Objetivos: Examinar o sistema de formação inicial e continuada de magistrados, bem como suas articulações com o sistema de recrutamento e a mobilidade profissional são as preocupações centrais dessa linha de pesquisa cujo foco volta-se preferencialmente para a magistratura trabalhista. Entre os diferentes aspectos explorados encontram-se: (a) processos formativos e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, (b) concurso nacional e seus impactos na profissão, e (c) processos avaliativos pedagógicos e profissionais.

4. Memória e Poder Judiciário

Objetivos: Considerando que lembramos o que nos é lembrado, retirar o Poder Judiciário da penumbra e compreender suas dinâmicas de funcionamento a partir da reconstituição memorialística do trabalho judicial é o que aqui se propõe. Não se trata necessariamente de examinar as cúpulas judiciais, mas, ao contrário, pretende-se aqui jogar luz no trabalho judicial da magistratura de primeiro grau, bem como evidenciar a heterogeneidade existente em um aparato judicial que é comumente tratado como um todo homogêneo. Nesse sentido, pretende-se aqui examinar diferentes trajetórias profissionais, articulá-las com o contexto social e preservar a memória como forma de resgatar as histórias da jurisdição.

5. Circulação Internacional de Ideias

6. Direito e Redes Sociais

7. Formação de Magistrados

Objetivos: Examinar o sistema de formação inicial e continuada de magistrados, bem como suas articulações com o sistema de recrutamento e a mobilidade profissional são as preocupações centrais dessa linha de pesquisa cujo foco volta-se preferencialmente para a magistratura trabalhista. Entre os diferentes aspectos explorados encontram-se: (a) processos formativos e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, (b) concurso nacional e seus impactos na profissão, e (c) processos avaliativos pedagógicos e profissionais.

Revisor de periódico

1. Revista de Informação Legislativa

Vínculo

2016 - Atual Regime: Parcial

2. Revista de Estudos Empíricos em Direito

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

3. RBPG. REVISTA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Vínculo

2017 - 2017 Regime: Parcial

4. Revista Brasileira de Sociologia

Vínculo

2017 - 2017 Regime: Parcial

5. Estudos Historicos (Rio de Janeiro)

Vínculo

2016 - 2016 Regime: Parcial

6. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)

Vínculo

2015 - 2015 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad hoc.

7. Revista Debates

Vínculo

2014 - 2014 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

8. Democracia Digital e Governo Eletrônico

Vínculo

2011 - 2013 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

9. Revista Opinião Jurídica

Vínculo

2011 - 2011 Regime: Parcial

10. Revista Videre

Vínculo

2010 - 2010 Regime: Parcial

11. Revista da ABET (Online)

Vínculo

2010 - 2010 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

12. Revista Direito GV

Vínculo

2009 - 2016 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

13. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia

Vínculo

2008 - 2008 Regime: Parcial

14. Prisma Jurídico

Vínculo

2006 - 2012 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

Membro de corpo editorial

1. Revista de Direito e Liberdade

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

2. Revista Eletrônica Direito e Liberdade

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

3. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica

Vínculo

2009 - Atual Regime: Parcial

4. Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)



Vínculo

2007 - Atual Regime: Parcial

5. Comparative Labor Law & Policy Journal

Vínculo

2003 - Atual Regime: Parcial

Revisor de projeto de agência de fomento

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Vínculo

2001 - Atual Regime: Parcial

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. [doi](#) HARTMANN, IVAR A. M.; FRAGALE FILHO, ROBERTO DA SILVA; ABBAS DA SILVA, LORENA. Questões candentes da reforma trabalhista de 2017: percepções e realidade do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Revista Direito e Desenvolvimento. , v.11, p.199 - 211, 2020.
2. FRAGALE FILHO, Roberto. Regards comparés sur le droit social à l'épreuve du Covid-19. Revue de Droit du Travail. , v.4, p.290 - 292, 2020.
3. FRAGALE FILHO, Roberto. Déjudiciarisation du contentieux du travail: la perspective brésilienne. Revue de Droit du Travail. , v.4, p.280 - 283, 2019.
4. [doi](#) MOREIRA, RAFAELA; FRAGALE, ROBERTO. DISCURSOS JUDICIAIS SOBRE FAVELAS Impacto em políticas públicas e nos agentes sociais. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE). , v.33, p.1 - 17, 2018.
5. FRAGALE FILHO, ROBERTO; SIQUEIRA NETO, J. F. Reforma trabalhista: uma cartografia das discussões equivocadas, esquecidas e frustrantes. REVISTA FEVEREIRO - POLÍTICA, TEORIA, CULTURA. , v.10, p.48 - 62, 2018.
6. VIEIRA, José Ribas; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, ROBERTO. A recepção do pensamento de André-Jean Arnaud no Brasil: um olhar do campo acadêmico brasileiro a partir da percepção de seu vínculo com o movimento crítico do direito. DIREITOS CULTURAIS (ONLINE). , v.11, p.155 - 164, 2016.
7. MOREIRA, Rafaela Selem; FRAGALE FILHO, Roberto. Administração de conflitos e democracia: uma análise da página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça. Revista Debates (UFRGS). , v.9, p.185 - 203, 2015.
8. [doi](#) FRAGALE FILHO, Roberto. Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: A ADPF 54 como estudo de caso / Public Hearings and their Impact in the Decision-Making Process: the ADPF 54 as a Case-Study. REVISTA DIREITO E PRAXIS. , v.6, p.504 - 535, 2015.
9. FRAGALE FILHO, Roberto. Brazilian's fissured workplace: David Weil's vignettes in the new world. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.37, p.37 - 53, 2015.
10. [doi](#) SCIAMMARELLA, A. P. O.; FRAGALE FILHO, Roberto. (Des)constituindo gênero no poder judiciário. EX AEQUO (OEIRAS). , p.45 - 60, 2015.
11. GOMES, F. R.; FRAGALE FILHO, Roberto. Le principe d'égalité dans le droit du travail brésilien. Brèves considérations propédeutiques sur l'article 461 de la CLT. Revue de Droit Comparé du Travail et de la Sécurité Sociale. , v.2015/2, p.36 - 47, 2015.
12. [doi](#) FRAGALE FILHO, ROBERTO; MOREIRA, Rafaela Selem; SCIAMMARELLA, ANA PAULA DE O. Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro Courts and Gender: An Overview of the Women on the Top of Brazilian Judicial System. e-cadernos. , v.1, p.57 - 77, 2015.
13. FRAGALE FILHO, Roberto. Magistratura: uma profissão em mutação e os desafios para sua formação. A Leitura: Caderno da Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará. , v.7, p.14 - 22, 2014.
14. [doi](#) VERAS, C. V.; FRAGALE FILHO, Roberto. A judicialização da mediação no poder judiciário brasileiro: mais do mesmo nas disputas familiares? The Judicialization of Mediation in the Brazilian Judiciary: More of the Same in Family Disputes?. e-cadernos. , p.162 - 184, 2013.
15. [doi](#) FRAGALE FILHO, ROBERTO. Conselho Nacional de Justiça: desenho institucional, construção de agenda e processo decisório. Dados (Rio de Janeiro. Impresso). IUPERJ. , v.56, p.975 - 1007, 2013.
16. [doi](#) FRAGALE FILHO, ROBERTO. PERTO DO MUNDO, LONGE DA CAPITAL: ACESSO À JUSTIÇA E JURISDIÇÃO TRABALHISTA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI. PASSAGENS: REVISTA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA E CULTURA JURÍDICA. , v.5, p.262 - 285, 2013.
17. FRAGALE FILHO, ROBERTO. Resolving Disputes over Employment Rights in Brazil. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.34, p.929 - 948, 2013.
18. [doi](#) VERONESE, Alexandre; FONTAINHA, Fernando de Castro; FRAGALE FILHO, Roberto. Les usages des technologies de l'information et de la communication dans l'administration judiciaire au Brésil. Droit et Cultures. , v.61, p.55 - 70, 2011.
19. FRAGALE FILHO, Roberto. Aprendendo a ser juiz. ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA. , v.12, p.98 - 108, 2010.
20. FRAGALE FILHO, Roberto. Brazilian Legal Education: Curricular reform that goes further without going beyond. German Law Journal. , v.10, p.751 - 766, 2009.

21. FRAGALE FILHO, Roberto; [LOBAO, R. J. S.](#)
Discursos para platéias cativas no direito do trabalho brasileiro. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. , v.1, p.65 - 75, 2009.
22. **FRAGALE FILHO, Roberto**
The use of ICT in Brazilian courts. Electronic Journal of e-Government. , v.7, p.349 - 358, 2009.
23. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Aprendendo a ser juiz: a contribuição de uma escola judicial. Revista Trabalhista (Rio de Janeiro). , v.25, p.169 - 175, 2008.
24. FRAGALE FILHO, Roberto; [LOBAO, R. J. S.](#)
Captive audience speech. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.29, p.341 - 348, 2008.
25. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Panorama atual da pesquisa em direito no Brasil. Cadernos Direito GV. , v.5, p.21 - 31, 2008.
26. FRAGALE FILHO, Roberto; LYNCH, Christian C. E.
Shylock vs. Antonio (1594): dois olhares. Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa). , v.2, p.45 - 55, 2008.
27.  FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
O movimento "Critique du Droit" e seu impacto no Brasil. Revista Direito GV. , v.03, p.139 - 163, 2007.
28. [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); **FRAGALE FILHO, Roberto**
A formação da lei: do geral ao particular. Prisma Jurídico. , v.5, p.133 - 151, 2006.
29. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Diretrizes curriculares: reconstruindo a história recente. Anuário ABEDI. , v.4, p.193 - 202, 2006.
30. FRAGALE FILHO, Roberto; [FONTAINHA, Fernando de Castro](#)
Informática nos tribunais e a teoria do risco global. Liinc em Revista. , v.1, p.128 - 147, 2005.
31. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Os destinos dos cursos jurídicos: uma decodificação à luz da política pública educacional. Anuário ABEDI. , v.3, p.39 - 52, 2005.
32.  FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre Kehrig
A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação. , v.2, p.53 - 70, 2004.
33. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Diretrizes curriculares. Anuário ABEDI. , v.2, p.267 - 278, 2004.
34. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Flexibilização e reforma da CLT: mais do mesmo?. Revista Trabalhista (Rio de Janeiro). , v.X, p.221 - 232, 2004.
35. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Interpretação jurisprudencial e disciplina judiciária: um olhar a partir da Orientação Jurisprudencial 167. Revista da EMATRA/RJ. , v.6, p.101 - 114, 2004.
36. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALMEIDA, Fernanda Andrade](#)
Sociologia Jurídica: uma questão de ponto de vista. Amicus Curiae (Criciúma). , v.1, p.13 - 31, 2004.
37. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A desconsideração da personalidade jurídica no novo Código e sua repercussão nas relações trabalhistas. Revista LTR. , v.67, p.282 - 287, 2003.
38. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Celebrating twenty-five years and speculating over the future from a Brazilian perspective. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.25, p.21 - 31, 2003.
39. FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre Kehrig
Comunidades virtuais: o caso da Associação Brasileira de Ensino do Direito. Cadernos ADENAUER (São Paulo). , v.IV, p.99 - 122, 2003.
40. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Impacto das mudanças legislativas nos projetos pedagógicos. Anuário ABEDI. , v.1, p.91 - 103, 2003.
41. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça do Trabalho: fragmentos para uma história oral. Revista de Direito Mackenzie. , v.1, p.163 - 177, 2003.
42. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Novas formas de controle do trabalho via informática. Revista Trabalhista (Rio de Janeiro). , v.VIII, p.141 - 163, 2003.
43. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Universidade pública: desafios e dilemas (para o ensino jurídico). Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação. , v.11, p.425 - 452, 2003.
44. **FRAGALE FILHO, Roberto**
As transformações do trabalho e seu impacto no conceito de subordinação jurídica. Revista da ABET. , v.II, 2002.
45. **FRAGALE FILHO, Roberto**
As transformações do trabalho e seu impacto no conceito de subordinação jurídica. Revista da ABET (Impresso). , v.II, p.121 - 138, 2002.
46. FRAGALE FILHO, Roberto; JEFFERY, M.
Information Technology and Worker's Privacy: Notice and Consent. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.23, p.551 - 567, 2002.
47. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Information Technology and Worker's Privacy: Old and New Paradigms. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.23, p.569 - 575, 2002.
48. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Information Technology and Worker's Privacy: The Brazilian Law. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.23, p.281 - 300, 2002.
49. **FRAGALE FILHO, Roberto**
La justice du travail au Brésil. Bulletin de Droit Comparé du Travail et de la Sécurité Sociale. , v.2002, p.51 - 72, 2002.
50. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); SOARES, T. A.; OLIVEIRA, Danielle Fernandes de
O vínculo empregatício dos pastores evangélicos: notas conclusivas. Revista LTR. , v.66, p.817 - 826, 2002.
51. **FRAGALE FILHO, Roberto**
As transformações do trabalho: novas categorias sociológicas e jurídicas?. Direito e Cidadania. , v.12/13, p.161 - 175, 2001.
52. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Employment litigation on the rise? A Brazilian perspective. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.22, p.281 - 296, 2001.
53. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); SOARES, T. A.; MIRANDA, C. E. C. R.
Perto da magia, longe do emprego: uma discussão sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos. Revista LTR. , v.65, p.682 - 688, 2001.
54. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A Portaria MEC nº 1.886/94 e os novos dilemas do ensino jurídico. Plúrima Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. , p.199 - 210, 2000.
55. [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); **FRAGALE FILHO, Roberto**; MONÇÃO, S. C. F.



As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho. Plúrima Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. , p.289 - 318, 1999.

56. **FRAGALE FILHO, Roberto**
El papel del Juez en la sociedad globalizada. Contextos Revista Crítica de Derecho Social. , p.39 - 51, 1999.
57. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça do Trabalho: um paradigma em crise?. Trabalho & Doutrina. , p.113 - 126, 1999.
58. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Missionários, mercadores ou empregados da fé?. Revista LTR. , v.63, p.1056 - 1060, 1999.
59. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O papel do Juiz na sociedade globalizada. Revista Anamatra. , p.42 - 49, 1999.
60. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Uma análise da reforma do Estado. Cidadania e Justiça. , p.100 - 112, 1999.
61. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A Lei nº 9.601/98: o triunfo do discurso modernizante das relações de trabalho. Plural Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. , p.73 - 78, 1998.
62. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Shylock vs. Antonio (1594). Direito Estado e Sociedade. , p.125 - 135, 1997.
63. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Estado, Direito & Política. Estudos Jurídicos. , v.29, p.37 - 57, 1996.
64. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Les projets présidentiels de Lionel Jospin et du Parti Socialiste. Cahiers Du Centre D'etudes Et de Recherches Sur La Théorie de L'etat. , 1996.
65. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Algumas notas esparsas sobre a cultura política francesa. Direito Estado e Sociedade. , p.137 - 146, 1995.
66. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Les transformations de l'État dans le discours du Parti Socialiste à son congrès national de Liévin. Cahiers Du Centre D'etudes Et de Recherches Sur La Théorie de L'etat. , 1995.
67. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A Incorporação do Proletariado: a ditadura republicana gaúcha e a arqueologia trabalhista. Estudos Jurídicos. , v.27, p.5 - 15, 1994.

Livros publicados

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
5600 caracteres com espaços. Rio de Janeiro (RJ): Caetés, 2014 p.117.
2. **FINKIN, M. W.; CUTCHER-GERSHENFELD, J.; ARAKI, T.; FISCHINGER, P.; FRAGALE FILHO, ROBERTO; STEWART, A.; WAAS, B.**
Multinational Human Resource Management and the Law: Common Workplace Problems in Different Legal Environments. Northampton (Massachusetts): Edward Elgar Publishing, Inc., 2013 p.435.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Aprendendo a ser juiz: A Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008 p.227.
4. **JEAMMAUD, A.; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Trabalho, Cidadania & Magistratura. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 2000 p.189.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela. São Paulo: Editora LTr, 1998 p.143.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Le Changement de la Culture Politique Française: le cas du Parti Socialiste. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1998 p.444.

Capítulos de livros publicados

1. **FRAGALE FILHO, Roberto; SARACOGU, S.**
Le monde universitaire en temps de pandémie In: Covid-19 Tour du Monde.1ª ed.Paris: Manucius, 2021, p. 85-88.
2. **SCIAMMARELLA, A. P. O.; ROYER, N.; FRAGALE FILHO, Roberto**
Moça jovem e talentosa também pode ser juíza: Reflexões sobre gênero e magistratura no Estado do Rio de Janeiro In: Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 2: Campos de pesquisa.1ª ed.Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1, p. 135-166.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Produzindo conhecimento (aos trancos e barrancos) In: Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 1: Diálogos sobre a constituição de um campo de pesquisa.1ª ed.Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1, p. 11-26.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Artigo 7º, IV, da Constituição Federal (Salário Mínimo) In: Comentários à Constituição de 1988 em Matéria de Direitos Sociais Trabalhistas.1ª ed.São Paulo (SP): Editora LTr, 2019, p. 94-103.
5. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Country Report: Brazil In: Regulating Strikes in Essential Services.1ª ed.Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2019, p. 89-106.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Educação Judicial In: Formação de Magistrados: 20 anos da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.1ª ed.Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, 2019, p. 10-31.
7. **VIEIRA, José Ribas; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
La réception de la pensée d'André-Jean Arnaud au Brésil: un regard du champ académique brésilien à partir de la perception de son lien avec le mouvement critique du droit In: Repenser le droit. Hommage à André-Jean Arnaud.1ª ed.Paris (França): LGDJ, 2019, p. 93-100.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
(Novas) Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Direito: desafios humboldtianos In: Educação Jurídica no Século XXI: Novas diretrizes curriculares nacionais do curso de direito - limites e possibilidades.1ª ed.Florianópolis (SC): Habitus, 2019, p. 385-398.
9. **VERAS, C. V.; FRAGALE, ROBERTO**
Tensões e disputas na construção do ofício de mediador judicial: O exemplo do TJ-RJ In: Tópicos em Ciências Sociais - Volume 1.1ª ed.Belo Horizonte (MG): Poisson, 2019, p. 84-98.
10. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Diário de Campo: Roberto da Silva Fragale Filho In: Vivendo o trabalho subalterno: as experiências de doze magistrados.1ª ed.Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, 2018, p. 179-222.
11. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
O impacto na formação de magistrados In: Vivendo o trabalho subalterno: as experiências de doze magistrados.1ª ed.Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, 2018, p. 238-251.
12. **FRAGALE FILHO, ROBERTO; SIQUEIRA NETO, J. F.**
Reforma trabalhista: uma cartografia das discussões equivocadas, esquecidas e frustrantes In: A reforma trabalhista: o impacto nas relações de trabalho.1 ed.Belo Horizonte (MG): Fórum, 2018, p. 415-428.
13. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**

Relato de um projeto de formação In: Vivendo o trabalho subalterno: as experiências de doze magistrados.1ª ed.Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, 2018, p. 11-54.

14. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
How Does and Should One Compare Law? In: Comparing Comparative Law.1 ed.Genebra/Zurique: Schulthess Editions Romandes, 2017, v.82, p. 137-143.
15. **FRAGALE FILHO, Roberto**
When informal work becomes litigious in a labour courtroom In: Workers and the Global Informal Economy: Interdisciplinary perspectives.1ª ed.Londres (Inglaterra): Routledge, 2016, v.1, p. 108-120.
16. **VERONESE, Alexandre Kehrig; FRAGALE FILHO, Roberto**
A pesquisa em direito: as duas vertentes vs. a não pesquisa In: Ensinar direito o Direito.1ª ed.São Paulo (SP): Saraiva, 2015, p. 299-336.
17. **COONEY, S.; TOIT, D.; FRAGALE FILHO, Roberto; RONNIE, R.; SANKARAN, K.**
Building BRICS of success? In: Comparative Labor Law.1ª ed.Northampton (MA): Edward Elgar Publishing, Inc., 2015, p. 440-473.
18. **KOERNER, A.; FRAGALE FILHO, Roberto**
Do controle externo à participação cidadã: por uma revisão do modelo do Judiciário Brasileiro In: Dez anos de Reforma do Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça.1ª ed.São Paulo (SP): Revista dos Tribunais, 2015, p. 61-68.
19. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Les nouvelles démarches de la solidarité au Brésil: le cas du programme "Bourse famille" In: La Solidarité. Enquête sur un principe juridique.1ª ed.Paris (França): Odile Jacob, 2015, p. 261-279.
20. **FRAGALE FILHO, Roberto; ALMEIDA FILHO, J. C. A.; BARROSO, S.; GROSSI, B. M.; SOARES, M. V. B.**
Brazil (country report) In: International Handbook of Social Media Laws.1ª ed.West Sussex: Bloomsbury, 2014, p. 243-249.
21. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Courts on screen: e-government and the increasy of judicial transparency In: E-Governance and Civic Engagement: factors and determinants of e-democracy.1 ed.Hershey (PA), EUA: Information Science Reference, 2012, p. 112-127.
22. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes: as diretrizes da prova em direito In: Ensino Jurídico: os desafios da compreensão do direito ed.Fortaleza (CE): Faculdade Christus, 2012, p. 423-440.
23. **FRAGALE FILHO, Roberto; NORONHA, Rodolfo de Liberato**
Pesquisa empírica em direito no Brasil: o estado da arte a partir da plataforma Lattes e dos encontros do Conpedi In: Justiça em foco: estudos empíricos.1ª ed.Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2012, v.1, p. 97-144.
24. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Ativismo judicial e sujeitos coletivos: a ação das associações de magistrados In: Constituição e ativismo judicial: limites e possibilidades da norma constitucional e da decisão judicial ed.Rio de Janeiro (RJ): Lumen Juris, 2011, p. 359-378.
25. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Reconfigurações profissionais da magistratura: um estudo (preliminar) a partir da jurisprudência do Conselho Nacional de Justiça In: Poder Judiciário: novos olhares sobre gestão e jurisdição ed.Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2010, p. 97-126.
26. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Reflexiones sobre mi experiencia como bloguero amateur In: Los blogs jurídicos y la web 2.0 para la difusión y la enseñanza del derecho.1ª ed.Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010, p. 249-272.
27. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Antônio José Avelãs Nunes: entre encontros sazonais e contribuições perenes, a vindima incompleta... In: Liber Amicorum: Homenagem ao Prof. Doutor Antônio José Avelãs Nunes ed.Coimbra (Portugal): Coimbra Editora, 2009, p. 935-954.
28. **FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre Kehrig**
Electronic Justice in Brazil In: E-Justice: Using Information Communication Technologies in the Court System ed.Hershey (PA), USA: Information Science Reference (IGI Global), 2009, p. 135-151.
29. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A construção e consolidação do Estado Social de Direito: o papel das associações de magistrados In: Constituição e Estado Social: os obstáculos à concretização da Constituição ed.São Paulo (SP): Revista dos Tribunais, 2008, p. 317-335.
30. **FRAGALE FILHO, Roberto; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**
La critique aux tropiques: la contribution de Michel Miaille In: Le droit figure du politique: études offertes au professeur Michel Miaille ed.Montpellier (França): Université de Montpellier I, 2008, v.1, p. 193-209.
31. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Nem a lei liberta: a Constituição de 1988 e os direitos sociais vinte anos depois In: Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois ed.São Paulo (SP): LTr, 2008, p. 385-395.
32. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Novos espaços deliberativos, ativismo judicial e reconstrução jurisprudencial: algumas possibilidades para o futuro do direito do trabalho (brasileiro) In: O Direito e o futuro - o futuro do Direito ed.Coimbra: Almedina, 2008, p. 149-168.
33. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Contribuição para uma reconstrução analítica do percurso da concepção liberal de formação da lei "generalista" em direção à concepção comunitária da lei "particularista" In: Sociologia e Direito: explorando interseções ed.Niterói: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, 2007, p. 105-131.
34. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Ensinar sociologia jurídica nas faculdades de direito: possibilidades e significados In: O ensino jurídico em debate: o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica.1 ed.Campinas (SP): Millennium, 2007, v.1, p. 45-57.
35. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Poder Judiciário: os riscos de uma agenda quantitativa In: Estudos constitucionais ed.Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 363-380.
36. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Educação e Constituição In: Direito Constitucional Brasileiro: perspectivas e controvérsias contemporâneas ed.Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 687-695.
37. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Escravidão, identidade e acesso à cidadania: explorando a possibilidade de sucesso de uma resposta normativa In: Diálogos constitucionais: direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos ed.Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2006, p. 455-476.
38. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Trabalho (verbete) In: Dicionário de Filosofia do Direito ed.São Leopoldo e Rio de Janeiro: Editora Unisinos e Editora Renovar, 2006, p. 829-833.
39. **FRAGALE FILHO, Roberto**
As diretrizes curriculares: estudo e diagnóstico do ensino jurídico In: História do Direito Brasileiro: Leituras da ordem jurídica nacional ed.São Paulo: Atlas, 2003, p. 412-430.
40. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Cidadania & Trabalho: fios de uma mesma fibra, constitucional? In: Constitucionalizando direitos: 15 anos da constituição brasileira de 1988 ed.Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2003, p. 443-475.
41. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O contexto legislativo da educação a distância In: Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos ed.Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 13-26.
42. **FRAGALE FILHO, Roberto**



Qualidade: o desafio do ensino superior In: Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições ed.Brasília: ABMES e FUNADESP, 2002, p. 443-446.

43. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Variações sobre o mesmo tema In: Ou Isto ou Aquilo: a sociologia jurídica nas Faculdades de Direito ed.Rio de Janeiro: Instituto Direito e Sociedade - IDES e Letra Capital Editora, 2002, p. 115-133.
44. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
O discurso dos magistrados trabalhistas sobre as transformações da categoria sóciojurídica trabalho. In: Justiça e Sociedade: temas e perspectivas ed.São Paulo: Editora LTr, 2001, p. 93-115.
45. **FRAGALE FILHO, Roberto**
OAB Recomenda: como integrar as diversas dimensões da avaliação dos cursos jurídicos In: OAB RECOMENDA: Um retrato dos cursos jurídicos ed.Brasília: Conselho Federal (OAB), 2001, p. 113-133.

Livros organizados

1. ALVES, C. F.; **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; CASTRO, C. A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**; MIRANDA NETTO, F. G.; MELLO, M. P.; PADUA, J. P. C. V.
Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 1: Diálogos sobre a constituição de um campo de pesquisa. Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1. p.142.
2. ALVES, C. F.; **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; CASTRO, C. A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**; MELLO, M. P.; MIRANDA NETTO, F. G.; PADUA, J. P. C. V.
Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 2: Campos de pesquisa. Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1. p.228.
3.  **COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; FRAGALE FILHO, Roberto; LOBAO, R. J. S.**
Constituição e ativismo judicial: limites e possibilidades da norma constitucional e da decisão judicial. Rio de Janeiro (RJ): Lumen Juris, 2011, v.1. p.456.
4. **CERQUEIRA, Daniel Torres de; FRAGALE FILHO, Roberto**
O ensino jurídico em debate: o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica. Campinas (SP): Millennium, 2007, v.1. p.292.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 p.184.
6. **PAIVA, Maria Arair Pinto; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Trabalho e Cidadania no Debate Contemporâneo do Direito. Niterói: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998 p.147.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. **SCIAMMARELLA, A. P. O.; FRAGALE FILHO, Roberto**
(Des)constituindo gênero no poder judiciário In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília (DF).
Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte (MG): Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: a ADPF 54 como estudo de caso In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia (SP).
Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2013.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O Conselho Nacional de Justiça e seus possíveis impactos institucionais In: 35º Encontro anual da ANPOCS, 2011, Caxambu (MG).
Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo (SP): ANPOCS, 2011.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Padrões éticos e identidade profissional advocatícia: exame preliminar da atuação disciplinar da OAB In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba (PR).
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Algunos impasses del sistema brasileiro de enseñanza jurídica: Examen de Orden y Maestría Profesional In: I Congreso Latinoamericano y XI Congreso Nacional de Sociología Jurídica, 2010, Buenos Aires.
Anais do I Congreso Latinoamericano y XI Congreso Nacional de Sociología Jurídica. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Sociología Jurídica (SASJu), 2010.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Increasing judicial transparency: when Brazilian Court TV officially meets YouTube In: 10th European Conference on E-Government, 2010, Limerick, Irlanda.
Proceedings - 10th European Conference on E-Government. Londres: Academic Publishing International, 2010. p.521 - 526
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Ensino jurídico: as transformações de um processo formativo capturado pela corporação advocatícia In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro.
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
The use of ICT in Brazilian courts In: 9th European Conference on e-Government, 2009, Londres.
Proceedings of the 9th European Conference on e-Government. Dublin: Trinity College, 2009. p.275 - 282
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Aprendendo a ser juiz: a contribuição de uma escola judicial In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife (PE).
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Recife (PE): Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.
10. **FRAGALE FILHO, Roberto; ASENSI, Felipe Dutra; RASKOVISCH, Silvia Primila Garcia**
Pensando o ensino do Direito através uma pesquisa: contribuições sob a perspectiva da sociologia jurídica In: XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Campos (RJ).
Anais do XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis (SC): Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2007. p.1674 - 1694
11. **VERONESE, Alexandre Kehrig; FONTAINHA, Fernando de Castro; FRAGALE FILHO, Roberto**
Aplicações de tecnologias da informação e comunicação (TIC) no âmbito da administração judiciária In: 1º Congresso Científico da UniverCidade, 2006, Rio de Janeiro.
1º Congresso Científico da UniverCidade. Rio de Janeiro: Centro Universitário da Cidade, 2006.
12. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Quando a empiria é necessária? In: XIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2005, Fortaleza.
Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 2006. p.323 -
13. **FRAGALE FILHO, Roberto; FONTAINHA, Fernando de Castro**
Informática nos tribunais e a teoria do risco global In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte.
Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005.
14. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Universidade pública: desafios e dilemas (para o ensino jurídico) In: XVIII Conferência Nacional dos Advogados, 2003, Salvador (BA).
Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados: Cidadania, Ética e Estado. Brasília (DF): OAB, Conselho Federal, 2003. p.1395 - 1425
15. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Racismo Ambiental e Conflitos Sociais In: Direito e Justiça Ambiental, 2001, Niterói (RJ).
Diálogo e Justiça Ambiental. Niterói (RJ): DPCCD, 2002. p.120 - 126



16. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça do Trabalho: um paradigma em crise? In: II Congresso Europeo de Latinoamericanistas, 1998, Halle, Alemanha.
América Latina: cruce de culturas y sociedades - la dimensión histórica y la globalización futura. Halle, Alemanha: Consejo Europeo de Investigacion Social de America Latina (CEISAL), 1999.
17. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Constituição e Cidadania In: Trabalho e Cidadania no Debate Contemporâneo do Direito, 1997, Niterói.
Trabalho e Cidadania no Debate Contemporâneo do Direito. Niterói: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998. p.143 - 146

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: a ADPF 54 como estudo de caso In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia (SP).
37º Encontro Anual da ANPOCS - Programa e Resumos. São Paulo: ANPOCS, 2013.
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Quantificando a profissão: as mudanças do trabalho judicial In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador (BA).
XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (A Sociologia como artesanato intelectual). Salvador (BA): SBS, 2013. p.407 - 407
3. OLIVEIRA, P. D.; PITA, P. D. S.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça em imagens digitais In: XXI Seminário de Iniciação Científica - Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2011, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2011 - Resumos. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação (PROPI), 2011.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O Conselho Nacional de Justiça e seus possíveis impactos institucionais In: 35º Encontro anual da ANPOCS, 2011, Caxambu (MG).
35º Encontro anual da ANPOCS - Programa e resumos. São Paulo (SP): ANPOCS, 2011. p.291 -
5. OLIVEIRA, P. D.; PITA, P. D. S.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça em imagens digitais: transparência ou espetacularização das cortes? In: XX Seminário de Iniciação Científica - Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2010, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2010 - Resumos. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação (PROPI), 2010.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto; BARCANTE, L. F. S.**
Perto do mundo, longe da capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti In: XIX Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2009, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2009 - Resumos. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2009.
7. **FRAGALE FILHO, Roberto; BARCANTE, L. F. S.**
Perto do mundo, longe da capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti In: XVIII Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2008, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2008 - Resumos. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto; SANTOS, Ana Oliveira dos; SOUTO, Fernanda Rocha**
Acesso à Justiça: Mapeando as Práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos Cursos de Direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro In: 17º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia, 2007, Niterói.
17º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPP), 2007.
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Aprendendo a ser juiz: a contribuição de uma escola judicial In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife (PE).
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Recife (PE): Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. v.1. p.346 -
10. **FRAGALE FILHO, Roberto; SILVA, Anna Carolina Pinheiro da Costa**
Um viés da discussão sobre o acesso à justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de Direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir da visão dos Coordenadores dos Núcleos In: 16º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia, 2006, Niterói.
16º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP), 2006.
11. **FRAGALE FILHO, Roberto; FONTAINHA, Fernando de Castro**
Informática nos tribunais e a teoria do risco global In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte.
Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. p.152 -
12. HALIS, D. C.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
O desafio à ortodoxia jurídica norte-americana: Oliver Wendell Holmes Jr. In: IV Mostra de Pós-graduação, 2003, Taubaté (SP).
VIII Encontro de Iniciação Científica e IV Mostra de Pós-graduação: programa e resumos.. Taubaté (SP): Universidade de Taubaté/PRPPG, 2003. p.215 -
13. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; OLIVEIRA, Danielle Fernandes de; PAIXÃO, Daniel Pugliese**
O ensino jurídico nas faculdades de direito do Município de Niterói In: 13º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2003, Niterói.
13º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2003.
14. HALIS, D. C.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Manuais que informam ou manuais que desinformam? O caso da Jurisprudência Sociológica e do Realismo Jurídico norte-americano nos livros de Direito no Brasil In: III Mostra de Pós-graduação, 2002, Taubaté (SP).
VII Encontro de Iniciação Científica e III Mostra de Pós-graduação: programa e resumos. Taubaté (SP): Universidade de Taubaté/PRPPG, 2002. p.216 -
15. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; SOARES, T. A.; OLIVEIRA, Danielle Fernandes de**
Missionários, mercadores ou empregados da fé? Uma discussão sobre o vínculo empregatício dos pastores evangélicos In: 12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2002, Niterói, RJ.
12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2002. p.271 -
16. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; MIRANDA, C. E. C. R.; SOARES, T. A.**
Missionários, mercadores ou empregados da fé: uma discussão sobre o vínculo empregatício dos pastores evangélicos In: 11º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2001, Niterói, RJ.
11º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2001. p.282 -
17. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; MONÇÃO, S. C. F.; MIRANDA, C. E. C. R.**
As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho In: 10º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2000, Niterói, RJ.
10º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2000. p.271 -
18. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; MONÇÃO, S. C. F.**
As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas através do discurso dos magistrados do trabalho In: 9º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. MOREIRA, Rafaela Selem; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Reconhecimento de direitos e acesso ao judiciário: uma revisão bibliográfica para estudo sobre variáveis determinantes em favelas cariocas In: II CONINTER. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Globalização e Interdisciplinaridade.., 2013, Belo Horizonte (MG).
II CONINTER. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Globalização e Interdisciplinaridade.., 2013.

Artigos em jornal de notícias

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Afogando em petições online. Jota. <https://jota.info/>, 2017.
2. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Juizes e lixeiros. Jota. <https://jota.info/>, 2017.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O boom dos projetos de história oral. Jota. <http://jota.info/>, 2016.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**; SCIAMMARELLA, A. P. O.
Os difíceis caminhos da participação popular no sistema de justiça. Jota. <http://jota.info/>, 2016.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Vida de juiz. Jota. <http://jota.info/>, 2016.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Do abraço à ocupação. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Em busca da memória judicial perdida. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
8. VERONESE, Alexandre Kehrig; KOERNER, A.; ENGELMANN, Fabiano; **FONTAINHA, Fernando de Castro**; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Judiciário e Sociedade. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Quando a sociedade vira insumo judicial. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
10. KOERNER, A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Do controle externo à participação cidadã: 10 anos de CNJ. Jota. <http://jota.info/>, 2014.
11. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Diretrizes curriculares para o ensino jurídico: uma novela sem fim?. CM News. Marília, SP, 2003.

Artigos em revistas (Magazine)

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Escolhas pós-pandemia. Jota. <https://jota.info/>, 2020.
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Viagens ao redor de minhas telas. Jota. <https://jota.info/>, 2020.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Concurso para juiz: algumas possibilidades de mudança. Jota. <https://jota.info/>, 2019.
4. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Desafios para recrutamento e formação de juizes. Jota. <https://www.jota.info/>, 2019.
5. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Um olhar estrangeiro: Perry Anderson e o Brasil pós-Plano Real. Jota. <https://jota.info/>, 2019.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O que aconteceu com a literatura jurídica?. Jota. <https://jota.info/>, 2018.
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Do abraço à ocupação: breve esforço de compreensão. No Mérito. Rio de Janeiro (RJ), p.12 - 13, 2015.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Representando a magistratura: o caso da França. No Mérito. Rio de Janeiro (RJ), p.14 - 15, 2013.
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Direitos sobre a Internet. Revista i-coletiva. Rio de Janeiro, RJ, v.5, 2003.
10. **FRAGALE FILHO, Roberto**
MEC torna público relatório sobre proposta de alteração das normas que regulamentam oferta de EAD no nível Superior. Revista i-coletiva. Rio de Janeiro, RJ, v.5, 2003.

Demais produções bibliográficas

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O cidadão virtual. Rio de Janeiro (RJ):Fundação Konrad Adenauer, 2003. (Artigo, Tradução)
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**; **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**
A questão do futuro do Direito do Trabalho: Visão da Europa. Rio de Janeiro:Edições Trabalhistas, 2000. (Artigo, Tradução)
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Cidadania e Imigração. Porto Alegre:Sintese, 1999. (Artigo, Tradução)
4. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Para que serve o Direito?. , 2017. (Outro, Tradução)
5. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Prefácio. Rio de Janeiro:Autografia, 2018. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Prefácio. Lisboa (Portugal):Juruá, 2016. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Prefácio. Curitiba (PR):Juruá, 2015. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Apresentação. Belo Horizonte (MG):Editora Fórum, 2011. (Apresentação, Prefácio Posfácio)
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Os desafios da formação de magistrados trabalhistas no Brasil. Working paper. Coimbra:Centro de Estudos Sociais (CES), 2012. (Outra produção bibliográfica)
10. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Execução contra a Fazenda Pública. Resenha. Porto Alegre:Sintese, 2000. (Outra produção bibliográfica)

Trabalhos técnicos

1. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para a Revista Direito e Liberdade, 2021
2. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para a Revista Direito e Liberdade, 2020
3. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, 2020
4. FRAGALE FILHO, Roberto
Digital Governance in Municipalities Worldwide: A longitudinal assessment of municipal websites throughout the world, 2018
5. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação (AEX - Edital nº 15/2018 - Seleção 2018/2019), 2018
6. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Estudos Empíricos em Direito, 2018
7. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Informação Legislativa, 2018
8. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Brasileira de Sociologia, 2017
9. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de dois artigos para Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBP), 2017
10. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Estudos Empíricos em Direito, 2016
11. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Informação Legislativa, 2016
12. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Direito GV, 2016
13. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para revista Estudos Históricos, 2016
14. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação (Doutorado Pleno no Exterior 2016), 2016
15. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Estudos Empíricos em Direito, 2015
16. FRAGALE FILHO, ROBERTO
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Sociologia e Política, 2015
17. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Debates, 2014
18. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de dois artigos para Revista Direito GV, 2012
19. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação do Prêmio Economia Criativa - Edital de apoio à pesquisa em Economia Criativa, 2012
20. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2012
21. FRAGALE FILHO, Roberto
Avaliador do Edital Jovens Pesquisadores, 2011
22. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Opinião Jurídica, 2011
23. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de sete artigos para XX Congresso Nacional do CONPEDI, 2011
24. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2011
25. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Videre, 2010
26. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2010
27. FRAGALE FILHO, Roberto
Nota técnica sobre a proposta de regulamentação sobre concursos públicos para ingresso na magistratura elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça em março de 2009, 2009
28. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2009
29. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, 2008
30. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2008
31. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista do Comitê avaliador no processo seletivo do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística - Prociência, 2008
32. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer da Comissão de Priorização das candidaturas do Doutorado Pleno no Exterior - Demais Países, 2007
33. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista ad hoc do Conselho Editorial da Universidade Vale do Itajaí, 2007
34. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2007
35. FRAGALE FILHO, Roberto
Formation de Formateurs (Relatório de participação em curso promovido pela École Nationale de la Magistrature - França), 2006
36. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2006
37. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta para Autorização do Curso de Direito no Campus de Sobradinho da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2005
38. FRAGALE FILHO, Roberto
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2005
39. PEDERNEIRAS, Mário Portugal; FRAGALE FILHO, Roberto; SANT'ANNA, Alayde Avelar Freire; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; MEDINA, Paulo Roberto de Góuvea; ARAGÃO, Raimundo César Brito;



40. COSTA, Celso José da; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das condições para credenciamento do Centro Universitário Campos de Andrade para oferta de curso de Especialização a distância e autorização de oferta do curso de Especialização de Formação de Profissionais para Educação a Distância, 2004
41. MAIA, Carmem; **FRAGALE FILHO, Roberto**; SOUZA, José Vieira de; SOUSA, Carmélia Anna Amaral
Avaliação das condições para credenciamento do Centro Universitário Newton Lins para oferta de cursos de graduação a distância e autorização de oferta dos cursos de graduação em Direito, Economia, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Turismo, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Pedagogia., 2004
42. **FRAGALE FILHO, Roberto**; FREITAS, Roberto Fernando de Souza; ANDRADE, Maria Lúcia Rehder de
Avaliação Institucional das Faculdades Integradas de Amparo (FIA) para fins de transformação em Centro Universitário, 2004
43. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2004
44. **FRAGALE FILHO, Roberto**; KOZICKI, K.
Avaliação das Condições Iniciais para Autorização do Curso de Direito da União das Faculdades Alfredo Nasser (UNIFAN), 2003
45. **FRAGALE FILHO, Roberto**; MAIA, Carmem
Avaliação das Condições para Credenciamento da Universidade Tiradentes para Oferta de Programa de Pós-graduação Lato Sensu a Distância, 2003
46. **FRAGALE FILHO, Roberto**; AMORIM, T. N. G. F.
Avaliação do Pedido de Aumento de Vagas com Implantação de Turno Matutino para os Cursos de Administração e Direito, 2003
47. **FRAGALE FILHO, Roberto**; TESSLER, L. R.; COELHO, M. J.
Avaliação Institucional da Faculdade Integrada da Bahia (FIB) para fins de transformação em Centro Universitário, 2003
48. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2003
49. **FRAGALE FILHO, Roberto**; SOARES, F. M.
Relatório de Avaliação Externa - Programa de Avaliação Institucional da Fundação Educacional Serra dos Órgãos, 2003
50. **FRAGALE FILHO, Roberto**; CORRÊA, J. M.
Avaliação das Condições de Ensino do Curso de Direito do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília (CESUBRA), 2002
51. COSTAS, J. M. M.; **FRAGALE FILHO, Roberto**; FIGUEIREDO, L. M.
Avaliação das Condições para Credenciamento da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para Oferta de Programa de Pós-graduação Lato Sensu a Distância, 2002
52. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2002
53. **FRAGALE FILHO, Roberto**; KEGEL, P. L.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Poços de Caldas), 2001
54. **FRAGALE FILHO, Roberto**; OLIVEIRA, O. M. B. A.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade São Marcos, 2001
55. SCAFF, F. F.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta do Curso de Direito das Faculdades de Campinas, 2001
56. **FRAGALE FILHO, Roberto**; GOMES, L. V. B.; ROVER, A. J.
Avaliação do Pedido de Credenciamento da Universidade Braz Cubas com vistas à Autorização para Oferta na Modalidade a Distância de Disciplinas nos Cursos de Graduação, 2001
57. **FRAGALE FILHO, Roberto**; NUNES, D. J.; LOULA, R. C.
Avaliação do Projeto de Implantação de Turno Matutino dos Cursos de Administração, Direito e Sistemas de Informação da Faculdade EuroAmericana, 2001
58. FREITAS, Roberto Fernando de Souza; **FRAGALE FILHO, Roberto**; SCHONS, C. R.; NUNES, D. J.; VIEIRA, E. T.; MORAIS, M. C. B.
Avaliação do Projeto de Instalação de Novo Campus pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná na Cidade de Londrina, 2001
59. **FRAGALE FILHO, Roberto**; SUÑÉ, L. S. V. S.
Avaliação do Projeto de Transformação da Faculdade Alvorada de Informática e Processamento de Dados e da Faculdade Alvorada de Educação Física e de Desportos em Centro Universitário Alvorada, 2001
60. ZUCCO, C.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação do Projeto de Transformação das Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix em Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2001
61. FREITAS, Roberto Fernando de Souza; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação do Projeto de Transformação do Centro de Ensino Superior do Pará em Centro Universitário do Pará, 2001
62. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito do Centro Universitário do Espírito Santo, 2000
63. **FRAGALE FILHO, Roberto**; VENDRAMINI, S. M. M.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito do Centro Universitário do Norte Paulista, 2000
64. **FRAGALE FILHO, Roberto**; LOIS, C. C.
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta do Curso de Direito do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, 2000
65. BOUCAULT, C. E. A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior de Fortaleza, 2000
66. **FRAGALE FILHO, Roberto**; ARAÚJO, S. L. S.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade de Sorocaba, 1999
67. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 1999
68. **FRAGALE FILHO, Roberto**; MANIGLIA, E.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe, 1999
69. **FRAGALE FILHO, Roberto**; COSTA, P. S. W.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre, 1999
70. **FRAGALE FILHO, Roberto**; MARTINS, R. D.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Federal do de Mato Grosso, 1999
71. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade da Cidade de São Paulo, 1998



Demais produções técnicas

1. FRAGALE FILHO, ROBERTO
Alteridade: aula e oficinas, 2019. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
2. FRAGALE FILHO, Roberto; RICHA, M.; TRINDADE, R.
Tutoria em Eticidade (24º CFI), 2019. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
3. FRAGALE FILHO, ROBERTO; RICHA, M.; TRINDADE, R.
Tutoria em Eticidade (25º CFI), 2019. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
4. FRAGALE FILHO, Roberto
CJ 829: Trends and Court Planning, 2018. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
5. FRAGALE FILHO, Roberto; LOPES, Lila Carolina
Laboratório Judicial - Oficina de Instrução Processual (22º CFI), 2017. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
6. FRAGALE FILHO, ROBERTO; LOPES, Lila Carolina
Laboratório Judicial - Oficina de Instrução Processual (23º CFI), 2017. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
7. FRAGALE FILHO, Roberto; RAMOS, Alexandre Luiz
Laboratório Judicial - Oficina de Decisão Judicial (21º CFI), 2016. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
8. FRAGALE FILHO, Roberto; PESSOA, F.
Laboratório Judicial - Oficina de Decisão Processual (20º CFI), 2015. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
9. FRAGALE FILHO, Roberto
Magistratura: uma profissão em mutação, 2014. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
10. FRAGALE FILHO, ROBERTO
O papel das escolas de magistratura na formação dos magistrados, 2014. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
11. FRAGALE FILHO, Roberto
O sistema de formação profissional no judiciário trabalhista, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
12. FRAGALE FILHO, Roberto; FRIEDMAN, Joel
A comparative examination of selected labor and employment law issues, 2012. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
13. FRAGALE FILHO, Roberto
Formação de tutores para formação inicial, 2012. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
14. FRAGALE FILHO, Roberto; FRIEDMAN, Joel
A comparative examination of selected labor and employment law issues, 2011. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
15. FRAGALE FILHO, Roberto
Ensino do Direito e estratégias pedagógicas, 2011. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
16. FRAGALE FILHO, Roberto
Direito do Trabalho: reinventando a regulação da subordinação, 2009. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
17. FRAGALE FILHO, Roberto
Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti, 2009. (Relatório de pesquisa)
18. FRAGALE FILHO, Roberto
As diretrizes curriculares e seu impacto na organização didático-pedagógica dos cursos jurídicos, 2006. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
19. FRAGALE FILHO, Roberto
Brazilian Labor Law, 2006. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
20. FRAGALE FILHO, Roberto
Universalidade dos direitos sociais em um mundo globalizado, 2006. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

Produção artística/cultural

Artes Visuais

1. FRAGALE FILHO, Roberto
Evento: Délio Barreto de Albuquerque Maranhão: um juiz de verdade, 2015. Local Evento: Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Cidade do evento: Rio de Janeiro (RJ). País: Brasil. Instituição promotora: Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Tipo de evento: Apresentação.
Atividade dos autores: Roteirista. Temporada: 14/05/2015 a 10/7/2015.

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Dissertações de mestrado: orientador principal

1.   Fabiano Fernandes Luzes. **Do Populismo ao Neopopulismo no Brasil: Uma inflexão na sistematização da tutela de direitos trabalhistas e um caminhar para sua desregulamentação.** 2021. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
2.   Nathalya Royer. **A vida não é justa? A trajetória de Andréa Pachá, uma juíza que esteve no Conselho Nacional de Justiça.** 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
3.   Ana Letícia Domingues Jacinto. **Condições de Trabalho dos Rodoviários do Rio de Janeiro: Apropriações sociojurídicas de uma categoria em movimento.** 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
4. 



-  Adriana Avelar Alves. **Onde estão os(as) juizes(as) negros(as) no Brasil? Recorte na magistratura brasileira: perspectivas sociais e políticas.** 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
5.  Thais Lemos dos Santos. **Cartografia de uma disciplina (ou de uma matéria ou, ainda, de um conteúdo): a Sociologia Jurídica no mundo acadêmico do direito.** 2018. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
6.  Tayssa Botelho dos Santos. **Esse é tempo de trabalhos partidos: vestígios da fissuração no local de trabalho brasileiro.** 2016. Dissertação (Direito Constitucional) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
7.  Ana Paula de Oliveira Sciammarella. **Quando gênero se dilui em competência (judiciária).** 2014. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
8. Flávio Henrique de Melo. **A gestão em vara judicial sob a visão do juiz pró-ativo.** 2012. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
9. Fernando Jorge Cassar. **As comissões de conciliação prévia na Justiça do Trabalho: uma abordagem sobre sua importância e o esvaziamento ao longo da última década de sua vigência.** 2012. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
10. Izabel Saenger Nuñez. **Dogmas e doutrinas: verdades consagradas e interpretações sobre o Tribunal do Júri.** 2012. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
11. Rodolfo José Guimarães Cavalcanti. **A TV digital brasileira a serviço do processo judicial eletrônico: o ambiente de interatividade da TV digital brasileira como proposta para um modelo na gravação de audiência das varas federais criminais.** 2011. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
12. Mag Carvalho Paletta. **Audiência de conciliação nos Juizados Especiais Cíveis cariocas: obstáculo ou solução?.** 2011. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
13. Adel Américo Dias de Oliveira. **Alguns fatores limitadores da celeridade da prestação jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.** 2010. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
14. Rosângela do Carmo Olivieri. **Autos eletrônicos na Justiça Federal da 2ª Região: a contribuição do processo eletrônico na redução do tempo de tramitação dos processos.** 2010. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
15. Monique Geller Moszkowicz. **O papel das Escolas de Magistratura na seleção e formação do magistrado contemporâneo.** 2010. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
16. Ricardo Fioreze. **Gestão processual em Varas do Trabalho: instrumento de concretização dos direitos fundamentais à efetividade da atividade jurisdicional e à razoável duração do processo.** 2009. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
17. Neusa Libera Lodi. **Liquidação da sentença exclusivamente pela secretaria da Vara: um avanço na celeridade da execução trabalhista.** 2009. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
18.  Francisco Ubiratan Conde Barreto Junior. **Mudanças institucionais no Poder Judiciário: um estudo de caso sobre a implantação da qualidade nos tribunais.** 2009. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
19.  Rodolfo Liberato de Noronha. **Nos corredores dos tribunais: um estudo sobre novas arquiteturas judiciais.** 2009. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
20.  Fernanda Andrade Almeida. **De liberal a social: os debates acerca do direito de resistência na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988.** 2008. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
21. Lina Lúcia Queiroz Ponce. **Espelho, espelho meu, que professor - de sociologia jurídica - sou eu? Análise da identidade docente e sua reflexividade.** 2006. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
22.  Fernando de Castro Fontainha. **O empreendedor como novo tipo de juiz: um diagnóstico a partir da informatização dos tribunais brasileiros.** 2006. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
23.  Pedro Heitor Barros Geraldo. **O Senador e o Bispo: encontros e desencontros na ante-sala da política.** 2006. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
24. Rita de Cássia Paula Pereira. **Descobrimo Santo Ivo: a construção das identidades dos defensores públicos do Estado do Rio de Janeiro.** 2005. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
25.  Ellen Simas Gonçalves Coutinho. **Relativizando a noção de direito adquirido: um olhar exemplificativo a partir da reforma da Previdência Social.** 2005. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
26.  Magnae Latitia Brito dos Reis de Oliveira. **O e-mail e o ambiente de trabalho: poder empregatício e direito à privacidade.** 2004. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
27.  Lidia Caldeira Lustosa Cabral. **O princípio constitucional da gestão democrática do ensino público: um olhar sobre o ensino fundamental da Cidade do Rio de Janeiro.** 2004. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
28.  Fernanda Maria da Costa Vieira. **Presos em nome da lei? Estado penal e criminalização do MST.** 2004. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
29. Cíntia Muniz de Souza. **Balcão de Direitos: uma experiência de acesso à justiça para comunidades de baixa renda.** 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
30.  Alexandre Albernaz Bibiani. **Inspecção do Trabalho e sua trajetória no Brasil: articulações possíveis entre cidadania e trabalho.** 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense



31.  Denis de Castro Halis. **Oliver Wendell Holmes Jr.: o grande dissidente molda a América**. 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
32.  Felipe de Santa Cruz Oliveira. **Tempo de trabalho & trabalho bancário: os impasses de uma relação outrora sincrônica**. 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
33.  Teresa Cristina D'Almeida Basteiro. **Os novos usos da greve**. 2002. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense

Teses de doutorado: orientador principal

1.   Amanda Alves de Souza. **Prática, Extensão ou Clínica no Direito: Limites e possibilidades de (re)invenção do campo do ensino jurídico**. 2020. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
2.   Ana Paula de Oliveira Sciammarella. **Magistratura das Magistradas: Uma análise da condição profissional feminina no judiciário fluminense**. 2019. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
3.   Carolina Pereira Lins Mesquita. **O espiritismo terapêutico e sua judicialização: estudo de caso dos trabalhos espirituais de João de Deus, na casa de Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, Goiás**. 2018. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
4.   Rafaela Selem Moreira. **Do acesso à justiça para a cidadania à construção da cidadania para a justiça: decodificando o potencial da justiça itinerante**. 2017. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
5.   Juliana Livia Antunes da Rocha. **Audiências públicas no Supremo Tribunal Federal: da tecnicidade à democracia?**. 2016. Tese (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
6.   Amanda Alves de Souza. **Ensino jurídico e perfis docentes: uma análise das disputas no campo do ensino jurídico e da relação entre teoria e prática**. 2016. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
7.   Cristiana Vianna Veras. **Um estranho na orquestra, um ruído na música: a apropriação da mediação pelo poder judiciário a partir de uma experiência no Cejus do TJRJ**. 2015. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
8.   Rodolfo de Liberato Noronha. **Dentro do tribunal, fora do processo: análise empírica do Prêmio Inovare**. 2014. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
9.   Fernanda Andrade Almeida. **O juiz "bicho-papão" e a "lei em movimento": um caso de judicialização à brasileira**. 2013. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.  Guilherme Eugênio de Vasconcellos. **A autonomia e o controle externo da ANATEL**. 2005. Monografia (Direito das Telecomunicações) - Centro Universitário da Cidade

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.  Lucas Vieira de Abreu Almeida. **O morro do Palácio e a meta 6.B do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 6 para a Agenda 2030 da ONU**. 2021. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
2.  Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **A travessia jagunça sob a perspectiva da sociologia jurídica: uma análise a partir do Grande Sertão: Veredas**. 2010. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
3.  Laís Moura Simões. **O papel da prática jurídica no curso de direito**. 2010. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
4.  Rita de Cássia Paula Pereira. **Por uma política pública de acesso à justiça: breves considerações acerca da construção das defensorias públicas no Brasil**. 2010. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
5.  Luiza Félix de Souza Barçante. **Acesso à Justiça e o princípio do jus postulandi na Justiça do Trabalho**. 2009. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
6.  Mariana Oliveira Neves. **O acesso à Justiça e as Comissões de Conciliação Prévia**. 2009. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
7.  Felipe Dutra Asensi. **Entre o formalismo e a realidade social: pensando o Ministério Público na efetivação do direito à saúde**. 2007. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
8.  Paula Lima Barcelos de Souza. **A escravidão contemporânea por dívida, no Brasil: soluções possíveis**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
9.  Viviane Silva da Costa. **A problemática do acesso à justiça: garantia de acesso ao sistema judiciário ou efetividade na construção de resultado justos**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
10.  Juliana Ferraz de Oliveira Carreira. **Atividade insalubre: contradição entre as normas de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
11.  Cleber de Oliveira Tavares Neto. **A desterritorialização do capital e a política tributária do Estado nacional em uma perspectiva baumaniana**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
12.  Clarissa Souza Muniz de Abreu. **Privacidade, controle e o impacto da tecnologia no ambiente de trabalho**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
13.  André Casotti Louzada. **Ensino jurídico no Brasil: evolução das diretrizes curriculares e novas perspectivas**. 2005. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
14.  Letícia Gonçalves Dutra. **Teoria do Medalhão e uma especulação sobre o bom jurista aos olhos de Machado**. 2005. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
15.  Priscilla Gershon. **Cooperativismo e direito do trabalho: os (des)caminhos de uma reconfiguração jurídica**. 2004. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense



16. Danielle Fernandes de Oliveira. **Estado, mercado e saúde pública: o trilema regulatório**. 2004. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
17. Ellen Simas Gonçalves Coutinho. **Acesso à Justiça: novas perspectivas e experiências**. 2003. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense

Iniciação científica

1. Paula Durão de Oliveira. **Justiça em imagens digitais: transparência ou espetacularização das cortes?**. 2011. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
2. Patrícia Daniele dos Santos Pita. **Justiça em imagens digitais: transparência ou espetacularização das cortes?**. 2011. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
3. Rogério Sganzerla. **Regulação profissional da magistratura: o novo Estatuto da Magistratura e a construção de uma identidade profissional**. 2010. Iniciação científica (Direito) - Fundação Getúlio Vargas
4. Maria Luiza Atem. **Regulação profissional da magistratura: o novo Estatuto da Magistratura e a construção de uma identidade profissional**. 2010. Iniciação científica (Direito) - Fundação Getúlio Vargas
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
5. Mariana Oliveira Neves. **Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti**. 2009. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
6. Luiza Félix de Souza Barçante. **Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti**. 2009. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
7. Laís Moura Simões. **Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti**. 2009. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
8. Ana Letícia Oliveira dos Santos. **Acesso à Justiça: Mapeando as Práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos Cursos de Direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2007. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
9. Ana Letícia Oliveira dos Santos. **Acesso à Justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2006. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
10. Fernanda Rocha Souto. **Acesso à Justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de direito da região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2006. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
11. Anna Carolina Pinheiro da Costa Silva. **Acesso à Justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2005. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
12. Daniel Pugliese Paixão. **O ensino jurídico nas Faculdades de Direito do Município de Niterói**. 2003. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
13. Danielle Fernandes de Oliveira. **O ensino jurídico nas Faculdades de Direito do Município de Niterói**. 2003. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
14. Danielle Fernandes de Oliveira. **Missionários, mercadores ou empregados da fé? Um estudo sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos**. 2002. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
15. Tatiana Alves Soares. **Missionários, mercadores ou empregados da fé? Um estudo sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos**. 2002. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
16. Carlos Eduardo Campos Ribeiro Miranda. **Missionários, mercadores ou empregados da fé? Um estudo sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos**. 2001. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
17. Carlos Eduardo Campos Ribeiro Miranda. **As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho**. 2000. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
18. Sarah Cristian Faria Monção. **As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho**. 2000. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
19. Sarah Cristian Faria Monção. **As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas através do discurso dos magistrados do trabalho**. 1999. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Supervisão de pós-doutorado

1. Dayse de Paula Marques da Silva. 2019. Supervisão de pós-doutorado - Universidade Federal Fluminense

Orientação de outra natureza

1.  Pedro José Nasser Saliba. **Explicando o pluralismo jurídico**. 2012. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
2.  Isabella Vieira do Nascimento. **Explicando o pluralismo jurídico**. 2011. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
3. Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **Direito e Cinema: a construção de uma disciplina**. 2010. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
4. Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **Fotogramas jurídicos: direito e cinema sob a perspectiva da Sociologia Jurídica (O mundo do trabalho)**. 2009. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
5. Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **Fotogramas jurídicos: direito e cinema sob a perspectiva da Sociologia Jurídica (A estética da violência)**. 2008. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
6. Fabrício de Barros Seraphim Dias. **Fotogramas jurídicos: direito e cinema sob a perspectiva da**



7. Felipe Dutra Asensi. **O campo do Direito e a inovação na metodologia de ensino**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
8. Laís Moura Simões. **O uso didático do weblog em sociologia jurídica**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
9. Ana Carolina Brandão Moura. **Uma nova construção do conhecimento: o espaço virtual como instrumento do ensino em Direito**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
10. Leilane Kasali Pereira. **Weblog: inovações e limites no ensino do Direito**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
11. Felipe Dutra Asensi. **Direito e ensino: contribuições sob a perspectiva da Sociologia Jurídica**. 2006. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
12. Taiguara de Souza. **Monitoria de Sociologia Jurídica**. 2004. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
13. Débora Zanon. **Caracterizando os Piratas da Perna de Pau como Punidos e Mal Pagos: novas formas de aprendizagem do conhecimento de técnicas de pesquisa empírica na sociologia jurídica**. 2005. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
14. Fernanda Andrade Almeida. **O direito ao Estado dentro do Estado de Direito**. 2003. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
15. Fernanda Andrade Almeida. **Uma análise das práticas pedagógicas em Sociologia Jurídica**. 2002. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
16. Mani Pereira Mello. **Monitoria da disciplina Sociologia Jurídica**. 2001. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
17. Tatiana Alves Soares. **Monitoria da disciplina Sociologia Jurídica**. 2000. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense

Orientações e supervisões em andamento

Dissertações de mestrado: orientador principal

1.  Rute Brasil Costa. **Trabalho doméstico e sindicalismo: o caso do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro**. 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Teses de doutorado: orientador principal

1.  Nathalya Royer. **Magistratura e Gênero: análise do teto de vidro no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ)**. 2019. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
2.  Eduardo Victor Viga Beniacar. **Da Estabilidade ao Fundo: A reforma trabalhista no alvorecer da ditadura**. 2018. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 28/10/2021 às 09:18:19.

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 09:26:50
-03'00'

OFÍCIO n° 08/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:39:05 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

INDICAÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA, APRESENTADA DE FORMA SUCINTA, CONTENDO A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO INDICADO, FORMAÇÃO TÉCNICA ADEQUADA E AFINIDADES INTELECTUAIS E MORAIS, PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.

(artigo 383, inciso I, alínea c, do RISF)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

MINHA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL teve início na Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, onde estagiei de outubro de 1988 a dezembro de 1990, quando me formei em direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Meu primeiro ano de vida profissional após a faculdade deu-se no escritório de advocacia José Geraldo Costa Advogados Associados, onde permaneci até dezembro de 1991. Após um ano de dedicação integral ao curso de mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), atuei como advogado contratado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde fiquei até agosto de 1993. Ingressei na magistratura do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) em 16 de novembro de 1993 e permaneci como juiz do Trabalho substituto ao longo dos seis primeiros anos. Em 1º de julho de 1999, alcancei a titularidade da 33ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro mediante promoção pelo critério de antiguidade. Em 16 de fevereiro de 2004, obtive remoção para a 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, onde atualmente sigo exercendo a magistratura.

Exerço paralelamente a docência, tendo ingressado como docente na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1998. Desde março de 2016, sou Professor Titular de Sociologia Jurídica e integro o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) desde sua fundação em 1999. Fui Professor Visitante na University of Illinois at Urbana-Champaign (2006), na Université Paul Valéry – Montpellier III (2009 e 2010), no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (bolsa “Um mês no CES”, 2011), na Université de Nantes (2016) e na Université de Paris X – Nanterre (2017-2021), assim como residente do Institut d’Études Avancées de Nantes (2012-2013).

FORMAÇÃO TÉCNICA

Obtive o bacharelado em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em dezembro de 1990 e conclui o mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) em agosto de 1993. Obtive o doutorado em Ciência Política pela Université de Montpellier I (França) em 1997, sob a orientação do Professor Michel Miaille. Realizei dois estágios pós-doutorais, sendo o primeiro no Institut d’Études Avancées de Nantes, na França (2012-2013) e o segundo na Universidad Nacional de Córdoba na Argentina (2014-2015). Fiz várias formações complementares, com destaque para a especialização em Administração Judiciária da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RIO) entre 2005 e 2006, além de

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 11:47:35 -03'00'

curso de curta duração sobre conciliação, mediação, processo eletrônico, gestão de escolas judiciais e ética judicial.

AFINIDADES INTELCTUAIS E MORAIS

Durante minha vida profissional e acadêmica, dediquei-me com afinco à atividade intelectual, sempre pautado pelos princípios da objetividade e da honestidade científica, nunca deixando de indicar as circunstâncias de implicação eventualmente existentes em meus estudos. Escrevi ou organizei uma dezena de livros, contribuí para diversas obras coletivas e publiquei uma grande quantidade de artigos em jornais científicos nas áreas de direito do trabalho, ensino do direito, educação superior e sociologia do direito. Nos últimos anos, dediquei à sociologia do Poder Judiciário, buscando compreender sua importância para a construção de uma cidadania ativa. Minha agenda de pesquisas voltou-se, mais recentemente, para o trabalho doméstico, sem abandonar, contudo, a reflexão sobre o judiciário. Contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário é o grande desafio que se apresenta com a participação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e minhas afinidades intelectuais com a posição contribuirão, certamente, para uma adequada e robusta participação em suas atividades.

O exercício da magistratura requer afinidades morais, que julgo possuir e ter exibido ao longo de meus 28 anos de atividade profissional. Ao longo de minha carreira, fui um juiz diligente, sempre preocupado em exibir os atributos de independência, imparcialidade, integridade, idoneidade, igualdade e competência e diligência, os quais foram consagrados pelos Princípios de Bangalore, pelo Código Ibero-americano de Ética Judicial e pelo Código de Ética do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Preocupado em assegurar um efetivo acesso à Justiça, exerço a magistratura com dignidade e atenção às partes, sempre procurando contribuir para a pacificação dos conflitos sociais. Ter consciência dessa importante dimensão da magistratura é um traço moral que, certamente, contribuirá para uma atuação exemplar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 02:21:02
-03'00'

OFÍCIO n° 06/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º informo a V. Ex^a que não atuei, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:31:34 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

OFÍCIO n° 03/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3, e § 3º** do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa.**

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.27 23:59:19 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

OFÍCIO n° 01/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 5º, inciso II, da Resolução n° 7, de 2005, do Senado Federal, informo a V. Exª que não possuo parentes** que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690

Assinado de forma digital por ROBERTO
DA SILVA FRAGALE FILHO:2690
Dados: 2021.10.27 21:20:41 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

OFÍCIO n° 04/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 5º, inciso III, da Resolução n° 7, de 2005, do Senado Federal, informo a V. Exª a **inexistência** de procedimento administrativo-disciplinar em face do signatário, assim como a **existência de ações judiciais** em que figuro como parte, seja como autor ou réu, consoante a listagem anexa.**

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:50:50 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

OFÍCIO n° 07/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 5º, inciso IV, da Resolução n° 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Ex^a que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:34:55 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

OFÍCIO n° 02/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que não ocupei, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.27 23:52:54 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

OFÍCIO n° 05/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5** do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que atuo como Magistrado da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti desde 16 de fevereiro de 2004.

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:27:35 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO
CPF: 921.336.147-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:01:13 do dia 17/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/02/2022.

Código de controle da certidão: **7236.012A.E08C.1C36**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

INDICAÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

LISTA DE PROCESSOS JUDICIAIS.

(artigo 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º, do RISF, bem como artigo 5º, inciso III, da Resolução nº 7/2005 SF)

Processo: 0153506-27.2019.8.19.0001

Autor: Roberto da Silva Fragale Filho

Réus: Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro e Procuradoria Geral do Estado

Comarca: Comarca da Capital

Vara: 3º Juizado Especial Fazendário

Assunto: Dano Material/Responsabilidade da Administração (indenização por impossibilidade de uso das cadeiras cativas no Estádio Mario Filho – Maracanã durante os eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016)

Atual tramitação processual:

Em 11 de junho de 2021, foi proferido o seguinte despacho:

“Valor da Execução: R\$ 15.521,98. Certifico que, para os fins do art. 535 do CPC/2015, procedo à Intimação do executado para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias úteis, sob pena de ser observado os §§ 1º, 2º e 3º do aludido dispositivo legal.”

Processo: 0153508-94.2019.8.19.0001

Autor: Roberto da Silva Fragale Filho

Réus: Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro e Procuradoria Geral do Estado

Comarca: Comarca da Capital

Vara: 3º Juizado Especial Fazendário

Assunto: Dano Material/Responsabilidade da Administração (indenização por impossibilidade de uso das cadeiras cativas no Estádio Mario Filho – Maracanã durante os eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016)

Atual tramitação processual:

Em 22 de julho de 2021, foi proferido o seguinte despacho:

“Fls. 121: Expeça-se mandado de pagamento em favor da parte autora, com as cautelas de praxe. Para expedição em nome do patrono, como requerido, venha procuração com poderes especiais para recebimento de valores. Cumprido, dê-se baixa e arquivem-se. I-se.”

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 09:09:25
-03'00'

Processo: 0140228-85.2021.8.19.0001

Autores: Maria Anise Vieira Brasil e Roberto da Silva Fragale Filho

Réu: Claro S/A

Comarca: Comarca da Capital

Vara: 6º Juizado Especial Cível

Assunto: Dano Material/CDC (indenização por danos materiais e morais em relação de consumo)

Atual tramitação processual:

Em 18 de outubro de 2021, foi proferida a seguinte sentença:

“HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo juiz leigo, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. P.I. Em caso de depósito judicial referente à condenação, expeça-se alvará, independente de nova conclusão. Caso haja valor remanescente a ser recebido, manifeste-se o credor em 5 dias, sob pena de arquivamento dos autos. Após o trânsito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, após o trânsito em julgado e o decurso do prazo de 15 dias úteis para pagamento espontâneo do valor da condenação previsto no art. 523 do NCPC c/c o entendimento consolidado no enunciado nº 13.9.1 do Aviso nº 23/2008 do TJERJ, aguarde-se por mais 7 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se a baixa e ao arquivamento. Cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa e arquivem-se os autos.”

Processo: 0100238-07.2020.5.01.0282

Autor: Robson Alves Gomes

Réus: Nilza da Silva Pereira Nunes, Roberto da Silva Fragale Filho, Antonio Nocito Fragale Neto e Silvia Cristina Pessanha Pereira Nunes.

Órgão julgador: 2ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes

Assunto: Reclamação Trabalhista

Atual tramitação processual:

Em 24 de junho de 2021, foi realizada audiência de conciliação que resultou em acordo, cujas derradeiras parcelas estão pactuadas para 1º e 30 de novembro.

Em 30 de junho de 2021, foi proferido o seguinte despacho:

“Vistos. Aguarde-se o cumprimento do acordo celebrado.”

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 09:09:55
-03'00'



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do certificado: 921.336.147-53

28/10/2021 09:29:34

Página: 1 / 1

CPF: 921.336.147-53 - ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Dados Cadastrais

UA de Domicílio: DRF RIO DE JANEIRO I-RJ

Código da UA: 07.108.00

Endereço: R ABADE RAMOS,85 - APTO 101

Bairro: JARDIM BOTANICO

CEP: 22461-090

Município: RIO DE JANEIRO

UF: RJ

Situação: REGULAR

Data de Nascimento: 12/04/1967

Certidão Emitida

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa: 7236.012A.E08C.1C36

Emissão: 17/08/2021

Data de Validade: 13/02/2022

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Débito com Exigibilidade Suspensa (CCPF)

Receita	PA/Exerc.	Dt. Vcto	Vl.Original	Sdo.Devedor	Situação
0211 - IRPF	2021	29/10/2021	4.646,41	4.524,03	A VENCER
0211 - IRPF	2021	30/11/2021	4.646,41	4.646,41	A VENCER
0211 - IRPF	2021	30/12/2021	4.646,41	4.646,41	A VENCER

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas para esse contribuinte nos controles da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Final do Relatório



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2021.1.2028397-6
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 921.336.147-53	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 28/10/2021 00:06</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 26/01/2022</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<ol style="list-style-type: none">1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO**

Inscrição: **0953 8196 0310**

Zona: 211 Seção: 0307

Município: 60011 - RIO DE JANEIRO

UF: RJ

Data de nascimento: 12/04/1967

Domicílio desde: 01/04/1996

Filiação: - INES PEREIRA NUNES FRAGALE
- ROBERTO DA SILVA FRAGALE

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): MAGISTRADO

Certidão emitida às 01:03 em 28/10/2021

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

PB5V.ENWN.RZSO.KMR1



**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRUBUNAL PLENO**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.

Indica a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho,

considerando a proximidade do término dos mandatos da Excelentíssima Senhora Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e da Excelentíssima Senhora Juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Aracaju – SE, a ocorrer em 16 de fevereiro de 2022;

considerando o disposto no art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República e no art. 75, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho,

RESOLVE

Indicar a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Publique-se.

MARIA CRISTINA
IRIGOYEN
PEDUZZI:144418291
91

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica
Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.26 17:47:01 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, teve início a **sexta Sessão Ordinária do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho**, realizada na modalidade telepresencial, nos termos do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT nº 173, de 30 de abril de 2020. A Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presidiu a sessão, que contou com a participação dos Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio José Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro, e do Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente declarou aberta a sessão e cumprimentou os Senhores Ministros, o membro do Ministério Público do Trabalho e os servidores. Em seguida, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente registrou o aniversário natalício do Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto César Leite de Carvalho, a ocorrer em vinte e seis de outubro, fazendo votos de saúde e felicidade ao Ministro e sua família. O Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto César Leite de Carvalho agradeceu pela lembrança. Logo após, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente comunicou a retirada da pauta administrativa da presente sessão da proposta de alteração dos artigos 109, 140 e 297 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, determinando a inclusão da matéria na pauta da quarta Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Tribunal anunciou o início do processo de escolha dos nomes para integrar a lista tríplice para provimento de um cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, destinado a membros de carreira da Magistratura, em vaga decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

Integravam a lista de candidatos os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Leonardo Dias Borges, do TRT da 1ª Região, Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, Rubem Dias do Nascimento Junior, do TRT da 5ª Região, Paulo Regis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, Francisco Sérgio Silva Rocha, do TRT da 8ª Região, Luís José de Jesus Ribeiro, do TRT da 8ª Região, Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, Alexandre Nery Rodrigues de Oliveira, do TRT da 10ª Região, Maria de Lourdes Leiria, do TRT da 12ª Região, Wolney de Macedo Cordeiro, do TRT da 13ª Região, Ana Paula Pellegrina Lockmann, do TRT da 15ª Região, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do TRT da 15ª Região, Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15ª Região, Bento Herculano Duarte Neto, do TRT da 21ª Região, e Liana Chaib, do TRT da 22ª Região. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do primeiro nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, obteve vinte e três votos, que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria de Lourdes Leiria, do TRT da 12ª Região, alcançou um voto e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do TRT da 15ª Região, recebeu um voto, havendo, ainda, um voto em branco. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, foi escolhida para figurar como primeiro nome da lista tríplice. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do segundo nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, obteve vinte e um votos e que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, do TRT da 15ª Região, alcançou cinco votos. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, foi escolhido para figurar como segundo nome da lista tríplice. Em seguida, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do terceiro nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, obteve vinte e cinco votos e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, do TRT da 8ª Região, teve um voto. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, foi escolhido para figurar como terceiro nome da lista tríplice. Na sequência, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte Resolução Administrativa: **“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2262, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.** Indica os integrantes da lista tríplice para provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa. **O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho, considerando a vaga decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa, considerando o disposto nos artigos 111-A, inciso II, da Constituição da República, e 4º do Regimento Interno desta Corte, **RESOLVE I** - indicar, para compor a lista tríplice para o provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, destinada a Desembargador do Trabalho da carreira da Magistratura do Trabalho, os seguintes Desembargadores: – Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (1º nome da lista); – Desembargador Sérgio Pinto Martins, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (2º nome da lista); – Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (3º nome da lista). **II** - autorizar o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

encaminhamento da lista tríplice ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Publique-se.” Concluída a escolha dos integrantes da lista tríplice para preenchimento de cargo de Ministro do TST, a Presidente do Tribunal iniciou a votação para indicar um desembargador e um juiz para compor o Conselho Nacional de Justiça. Inscreveram-se para ocupar o cargo destinado a Desembargador os Excelentíssimos Senhores Anne Helena Fischer Inojosa, do TRT da 19ª Região, Ivani Contini Bramante, do TRT da 2ª Região, Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, José Luis Campos Xavier, do TRT da 1ª Região, Leonardo da Silveira Pacheco, do TRT da 1ª Região, Luciane Cardoso Barzotto, do TRT da 4ª Região, Paulo Sérgio Pimenta, do TRT da 18ª Região, e Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15ª Região. Inscritos para ocupar o cargo destinado a Juiz do Trabalho estavam os Excelentíssimos Senhores Alexandre Marques Borba, Arlindo Cavalaro Neto, Bruno Alves Rodrigues, Cassio Ariel Caponi Moro, Francisco Pedro Jucá, Márcio Toledo Gonçalves, Nedir Veleda Moraes, Régis Franco e Silva de Carvalho, Roberto da Silva Fragale Filho, Rogério Neiva Pinheiro, Sandro Nahmias Melo, Thiago Henrique Ament e Washington Timoteo Teixeira Neto. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à indicação de Desembargador do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, obteve vinte e dois votos e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Sérgio Pimenta, do TRT da 18ª Região, alcançou quatro votos. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, foi indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada a Desembargador do Trabalho. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à indicação de Juiz do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Juiz Roberto da Silva Fragale Filho obteve vinte e um votos, que o Excelentíssimo Senhor Juiz Rogério Neiva Pinheiro alcançou quatro votos e que o Excelentíssimo Senhor Juiz Sandro Nahmias Melo recebeu um voto. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que o Excelentíssimo Senhor Roberto da Silva Fragale Filho foi indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada a Juiz do Trabalho. Na sequência,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

foi aprovada, por unanimidade, a seguinte Resolução Administrativa: **“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.** Indica a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. O **EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho, considerando a proximidade do término dos mandatos da Excelentíssima Senhora Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e da Excelentíssima Senhora Juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Aracaju – SE, a ocorrer em 16 de fevereiro de 2022; considerando o disposto no art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República e no art. 75, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **RESOLVE** Indicar a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Publique-se.” Logo após, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente determinou o pregão do processo constante da pauta judicial, tendo o Colegiado assim decidido: **Processo: AgR-Rcl - 1001130-51.2021.5.00.0000**, Relatora: Ex.^{ma} Ministra Dora Maria da Costa, RECLAMANTE: WE CAN BR - TRABALHO TEMPORARIO LTDA., Advogada: Dra. ANDRE FRAGA DELLA MEA, Advogada: Dra. FELLIPE GUEDES DA SILVEIRA, RECLAMADO: DESEMBARGADORA DANIELE



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

CORREA SANTA CATARINA, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Nada mais havendo a tratar, a Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, agradecendo aos Ministros, declarou encerrada a sessão. Para constar, eu, Eveline de Andrade Oliveira e Silva, Secretária-Geral Judiciária, lavrei esta Ata, que é assinada pela Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e por mim subscrita. Brasília, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

MARIA CRISTINA
IRIGOYEN
PEDUZZI:14441829
191

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa
Econômica Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.27 22:21:57 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E
SILVA:82296421504

Assinado de forma digital por EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E SILVA:82296421504
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Econômica
Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2, cn=EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E SILVA:82296421504
Dados: 2021.10.27 19:49:46 -03'00'

EVELINE DE ANDRADE OLIVEIRA E SILVA

Secretária-Geral Judiciária



CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas físicas - CPF sob o nº 921.336.147-53, com endereço no(a) R AB RAMOS, nº 85 - 101 - RJ Cep: 22461-090, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 28/10/2021

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 13/02/2022. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço daminternet.rio.rj.gov.br

Ivo Marinho de Barros Junior
Procurador-Coordenador
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.772-6